



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

### Senhores Acionistas,

#### Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da ETERNIT S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

O ano de 2010 pode ser considerado um marco na história da Eternit, mensurado tanto pelo forte desempenho operacional e financeiro com recordes em seus resultados, quanto pela posição que passa a ocupar na indústria de materiais de construção. Os investimentos realizados durante o ano de 2010, como aquisição da Tégula, inauguração de mais uma linha de produção de fibrocimento na unidade de Simões Filho/BA, início da construção da nova linha de produção de mármore sintético e manutenção do parque industrial, trouxeram novos parâmetros para a Companhia, com aumento da capacidade produtiva e a consolidação da Eternit como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país.

A recuperação da economia brasileira, sustentada pela retomada dos investimentos e crescimento da demanda doméstica, encerrou o ano de 2010 com um crescimento de 7,5% no PIB, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Dentre os setores com maior expansão, está o setor de construção civil, cujo crescimento foi de 11,6%, fruto do crescimento da demanda interna, amparada na expansão de crédito, na geração de emprego e no aumento da massa salarial.

Segundo seu Programa Estruturado de Expansão e Diversificação, a Companhia registrou, no exercício de 2010, crescimento de 33,3% na receita bruta consolidada. De acordo com o programa, cuja meta - traçada ao final de 2007 - era de elevar o faturamento bruto da Companhia para R\$ 1 bilhão até o final de 2011. Este crescimento permitiu à Eternit antecipar em 1 ano sua meta, graças à demanda interna bastante aquecida e dos investimentos realizados no decorrer dos últimos anos. O lucro líquido consolidado da Companhia atingiu recorde de R\$ 102,1 milhões, um aumento de 39,6% em relação ao ano anterior.

O desempenho operacional da Eternit também é indicativo de sua solidez no mercado de construção. Em 2010, a Companhia operou em plena capacidade na mineração do minério crisotila e acima de 90% no fibrocimento, considerando a nova linha de produção na unidade de Simões Filho/BA que entrou em operação no 4T10. Esta nova linha elevou a capacidade anual de produção de fibrocimento de 850 mil toneladas para cerca de 1 milhão de toneladas, em conformidade com a estratégia de expansão da Companhia. Os resultados da Eternit, no exercício de 2010, passaram a consolidar os dados operacionais e financeiros da Tégula, adquirida em 11 de fevereiro de 2010, que atua e é líder no segmento de coberturas de concreto com capacidade de produção anual de 7,2 milhões de metros quadrados de telhas; durante este período a utilização da capacidade da Tégula foi acima de 80%.

No ano de 2010, o volume de vendas de produtos acabados atingiu patamar histórico de 826,9 mil toneladas e 306,3 mil toneladas de minério crisotila. O volume vendido de telhas de concreto foi de 4,8 milhões de metros quadrados.

A busca contínua de excelência em gestão da Companhia não se resume a apenas indicadores econômico-financeiros. A Eternit entende que devam ser contempladas em sua estratégia as três dimensões da sustentabilidade - econômico-financeira, ambiental e social. Nesse sentido, a Companhia mantém o programa Portas Abertas que já recebeu mais de 42 mil visitas em seis anos de existência; é signatária do Pacto Global da ONU desde 2007, possui a certificação OHSAS 18.001 de saúde e segurança no trabalho, ISO 14.001 de gestão ambiental e ISO 9.001 de gestão de qualidade em todas as suas unidades; além de promover pequenas e médias ações próprias e de apoio a terceiros na questão social. Por fim, reforçando seu comprometimento com a transparência e equidade no relacionamento com investidores, a Eternit tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA - o que representa o mais alto nível de Governança Corporativa da bolsa - e adota a Assembleia na Web, uma plataforma de votação eletrônica, através de procaução, que facilita a participação dos acionistas nas assembleias ([www.assembleianew.com](http://www.assembleianew.com)).

A Administração da Eternit entende que o ano de 2011 será um ano de consolidação e ocupação das capacidades dos investimentos já realizados. Novos investimentos orgânicos não deverão entrar em operação neste ano, salvo eventual aquisição que possa ocorrer e o investimento (orgânico diversificado) realizado na linha de produção de mármore sintético, com participação inicial pouco significativa em um negócio promissor no segmento de moradias econômicas. Dessa forma, o crescimento da Companhia, em 2011, estará em linha com o setor de construção civil. Em fevereiro de 2011 adquirimos um terreno de 400 mil m2 no Porto do Pacém, que vai receber uma fábrica multiprodutos da Eternit, ou seja, no médio e longo prazo, além de produtos que estão em nosso portfólio, essa fábrica estará apta a produzir novos produtos que poderão fazer parte deste portfólio.

O momento atual da Eternit é de planejar os próximos cinco anos da Companhia, utilizando-se da plataforma criada até agora para os próximos 70 anos da Eternit, com investimentos contínuos na expansão e diversificação da Companhia e possíveis novas aquisições para ampliar sua capacidade de crescimento.

A Eternit está confiante no crescimento da economia brasileira e, sobretudo, do setor de construção civil, na qual está inserida. Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes com seu plano de expansão e diversificação, a Companhia está bem posicionada para maximizar as oportunidades do setor. Em 2010, a Eternit consolidou-se como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país. A partir deste momento, a meta é tornar-se a maior e mais diversificada indústria de materiais de construção do país, sempre com rigor financeiro, alto nível de Governança Corporativa, além de manter a sua tradicional política de dividendos, uma das principais características da Eternit.

### MERCADO E DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2010, o faturamento total das vendas de materiais de construção registrou crescimento de 12,1%, recuperando o patamar alcançado em 2008, antes da crise financeira internacional, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). As vendas de materiais de acabamento cresceram 15,2%, superando o volume atingido pelos materiais básicos de construção que registraram aumento de 10,6% em relação a 2009. As perspectivas positivas para o setor são reforçadas ainda pela prorrogação da isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) até dezembro de 2011, sinalizando o incentivo do Governo ao setor.

Outro fator preponderante para o bom desempenho da indústria de construção foi a expansão do crédito imobiliário. A previsão da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) indicou que, em 2010, os financiamentos imobiliários com recursos da caderneta de poupança totalizaram cerca de R\$ 53 bilhões, representando um crescimento de 55,8% em relação a 2009, com 450 mil unidades financeiras.

Esses indicadores e o cenário macroeconômico reforçam o bom momento da construção civil que deverá ser favorecida pela continuidade das obras governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida (MCMV), da expansão de crédito imobiliário, além de investimentos para viabilização dos megaeventos esportivos - Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 - e das obras complementares por eles demandadas. Esses indicadores reforçam o bom momento do mercado de construção civil, no qual a Eternit está inserida, além de indicar boas perspectivas para os próximos anos.

Os indicadores macroeconômicos aliados ao acerto na estratégia da Empresa de aumentar sua capacidade de produção e diversificar seu portfólio de produtos possibilitaram a maximização dos resultados do Grupo Eternit, fazendo o ano de 2010 o melhor ano da história da Companhia.

### VOLUME VENDIDO

#### Minério Crisotila

Em 2010, a Companhia vendeu 306,3 mil toneladas de minério crisotila, um crescimento de 5,3% em relação ao ano de 2009. Cabe lembrar que a capacidade de produção de minério crisotila é de 300 mil toneladas ano, o que significa dizer que no ano de 2010 toda a produção do período foi vendida além das vendas de parte do estoque, cuja formação se deu em períodos anteriores. As vendas para o mercado interno atingiram 163,6 mil toneladas, representando um crescimento de 20,7% na comparação entre os anos de 2010 e 2009. Enquanto isso, as vendas para o mercado externo apresentaram um volume de 142,7 mil toneladas, ou seja, uma retração de 8,2%, face à estratégia de priorizar o mercado interno, por ser mais rentável, e exportar o excedente de produção.

#### Fibrocimento

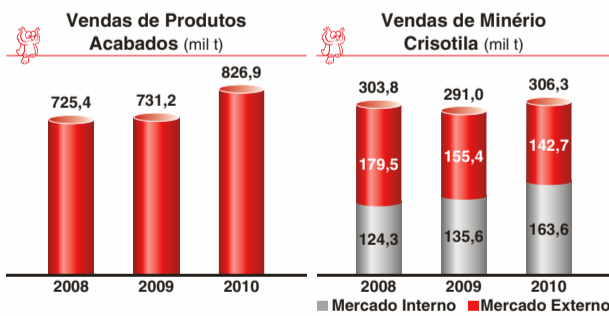
No ano de 2010, em função da, maior oferta de crédito, a recuperação do poder aquisitivo, a geração de emprego e o cenário positivo do setor de construção civil, o crescimento no volume de vendas de fibrocimento foi de 13,2%, atingindo 826,9 mil toneladas, com contribuição principalmente do desempenho apresentado no 1T10 e no 4T10. A Eternit encerrou o ano com market share de 31% no mercado de fibrocimento, participação superior aos 30% registrados em 2009.

#### Telhas de Concreto

No período acumulado de 11 de fevereiro a 31 de dezembro de 2010, o volume vendido de telhas de concreto totalizou 4,8 milhões de metros quadrados. Cabe lembrar que a Tégula dispõe de um portfólio com mais de 33 linhas de produtos, sendo as telhas de concreto a linha de maior representatividade.

#### Outros Produtos

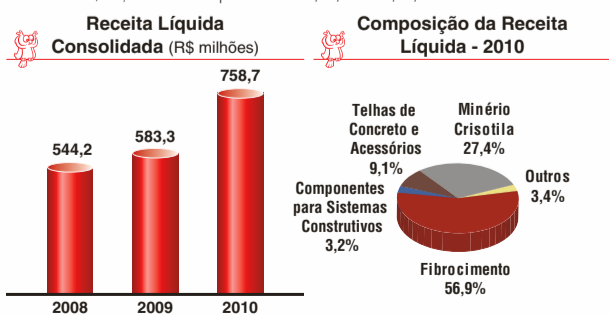
Os volumes vendidos de outros produtos (caixas de polietileno, telhas metálicas, louças, assentos sanitários e filtros para tubulações de água) continuam em expansão. Já representam 3,4% da receita líquida consolidada anual.



### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A Eternit apresentou novo recorde em sua receita líquida no ano de 2010, que foi de R\$ 758,7 milhões, representando um crescimento de 30,1% em relação ao ano de 2009. Esse resultado é decorrente do reajuste de preços em todas as linhas de produtos e aumento do volume vendido, em especial no mercado interno, que cresceu 42,9% e somou R\$ 647,5 milhões. Como destaque, pode-se considerar as vendas de telhas de fibrocimento, que totalizaram R\$ 427,7 milhões, um crescimento de 20,9% em relação ao ano de 2009, as vendas do minério crisotila, que somaram R\$ 220,8 milhões, 4,8% superior ao registrado em 2009, além da consolidação da Tégula, que contribuiu com R\$ 67,9 milhões no período de 11/02/10 a 31/12/10.

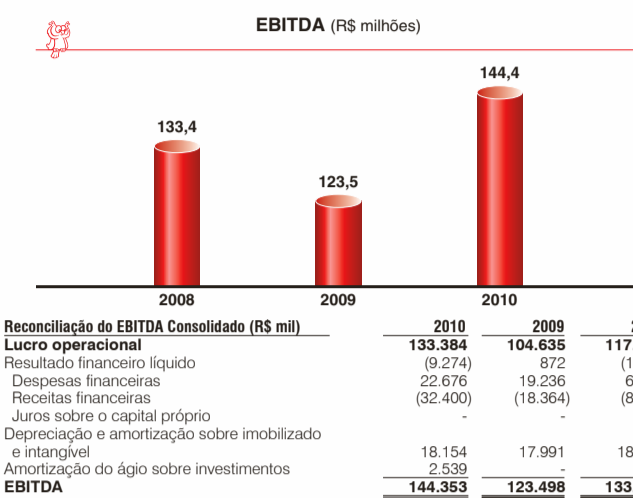


#### EBIT e EBITDA

No ano de 2010, o aumento do custo dos produtos vendidos de 28,0% foi menor em relação ao aumento da receita líquida consolidada de 2010 (30,1%). Em relação às despesas operacionais, houve crescimento de 44,7% em relação ao ano de 2009, derivado de ações de marketing para promoção dos novos produtos, da participação da Eternit no quadro "Construindo um Sonho" veiculado no programa Domingo Legal, do canal SBT, dos gastos com a defesa do minério crisotila, do aumento no quadro de colaboradores para suportar o crescimento da Companhia e da incorporação das despesas operacionais da Tégula a partir de 11 de fevereiro de 2010, contribuindo com R\$ 17,4 milhões.

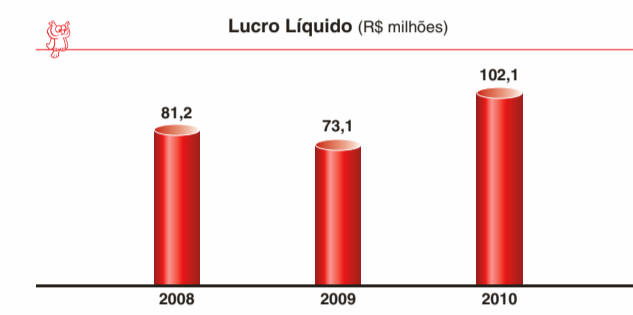
Com isso, o EBIT totalizou R\$ 123,7 milhões em 2010, 17,2% superior ao ano de 2009, com

uma retração da margem EBIT da Companhia de 18% em 2009 para 16% em 2010. No período acumulado de 2010, a Eternit registrou R\$ 144,4 milhões de EBITDA, 16,9% superior ao registrado em 2009, com margem EBITDA de 19%.



#### LUCRO LÍQUIDO

Apesar dos fatores mencionados anteriormente como a expansão no custo dos produtos vendidos e nas despesas operacionais, em 2010 o lucro líquido atingiu R\$ 102,1 milhões, 39,6% acima ao valor registrado no mesmo período de 2009 e uma margem líquida estável em 13%. Do lucro líquido do exercício, R\$ 21,6 milhões foram destinados para Reservas Legal, Estatutária e de Lucros R\$ 80,5 milhões foram destinados ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.



### ENDIVIDAMENTO

No final de 2010, a Eternit apresentou uma posição financeira confortável, com caixa líquido de R\$ 56,7 milhões. A dívida bruta da Eternit e suas controladas somavam R\$ 23,9 milhões e as aplicações financeiras e disponibilidades totalizavam R\$ 80,6 milhões.

Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas.

### INVESTIMENTOS

No ano de 2010, os investimentos somaram R\$ 92,8 milhões, sendo que R\$ 34,4 milhões são investimentos líquido de caixa referentes à aquisição da Tégula. Os R\$ 14,0 referem-se à nova linha de produção que entrou em operação na unidade de Simões Filho/BA, em outubro de 2010 e os R\$ 44,4 milhões referem-se, principalmente, a melhorias para aumentar a capacidade produtiva, aquisição de moldes, investimentos em novos negócios, início da construção da nova linha de mármore sintético e manutenção do parque industrial da Companhia.

Em linha com as iniciativas de diversificação e crescimento, o foco dos investimentos da Companhia continua em produtividade, aumento de capacidade e aquisições.

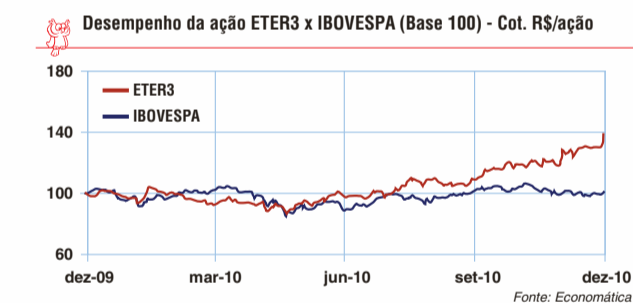
### VALOR ADICIONADO

	2010	2009	2008
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>430.688</b>	<b>322.778</b>	<b>321.881</b>
Pessoal	150.208	105.644	86.613
Impostos, taxas e contribuições	151.060	116.937	112.030
Remuneração de Capitais de Terceiros	27.335	27.078	42.037
Remuneração de Capitais Próprios	102.085	73.119	81.201
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>430.688</b>	<b>322.778</b>	<b>321.881</b>

### MERCADO DE CAPITAIS

A cotação de R\$ 12,00 das ações da Eternit (ETER3) no encerramento de 2010, resultou na valorização de 38,9% nos papéis da Eternit e de 1,0% do IBOVESPA no mesmo período. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado da Eternit ultrapassou a barreira de R\$ 1 bilhão, marco histórico na Companhia.

Ao analisar o comportamento das ações da Eternit considerando o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, verifica-se a valorização de 48,2% nas ações da Eternit no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2010. No período de dezembro de 2006 a dezembro de 2010, a valorização foi de 196,1%.



### AUMENTO DE CAPITAL

Em 15 de janeiro de 2010, foi homologado o aumento de capital, por subscrição privada, no montante de R\$ 107.400.000,00, por meio da emissão de 17.900.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor escritural, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 29 de outubro de 2009. Desta forma, o valor do atual capital social da Companhia passa a ser de R\$ 334.251.231,40, representado por 89.500.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### FORMADOR DE MERCADO

O Conselho de Administração da Companhia decidiu pela não renovação do contrato de formador de mercado com a Agora Sênior Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., vencido no último dia 20 de agosto de 2010. Desta forma, pretende-se analisar o desempenho das ações da Eternit por um período de um ano sem a influência do formador de mercado.

### ADR - AMERICAN DEPOSITORY RECEIPTS

Em 24 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Eternit aprovou o início de processo de adesão ao Programa de American Depositary Receipts - ADRs de Nível 1 ("Programa de ADRs Nível 1"). O Programa de ADRs Nível 1 possibilitará a negociação no mercado de balcão americano de títulos lastreados em ações ordinárias de emissão da Companhia.

Para esse fim, o Banco Bradesco S.A. será a instituição custodiante das ações ordinárias de emissão da Companhia no Brasil que lastrearão os respectivos certificados de ações ("ADRs"), e The Bank of New York Mellon será a instituição depositária nos Estados Unidos da América, responsável pela Emissão dos ADRs, à razão de uma ADR para cada uma ação ordinária da Companhia.

Após a autorização e aprovação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, a "SEC - Securities and Exchange Commission" aprovou e autorizou o início das negociações das ADRs da Eternit em 17 de maio de 2010.

O Programa de ADRs Nível 1 facilita o acesso dos investidores estrangeiros que desejam investir na Eternit, bem como aumentar a visibilidade da Companhia e dar liquidez a suas ações. A Companhia esclarece que o Programa de ADRs Nível 1 não representa aumento de capital, emissão de novas ações ou oferta pública de ações já existentes. Até esta data, ainda não houve negociação de ADRs da Eternit no mercado de balcão americano.

### MUDANÇA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DE SUAS AÇÕES ESCRITURAS NO BRASIL

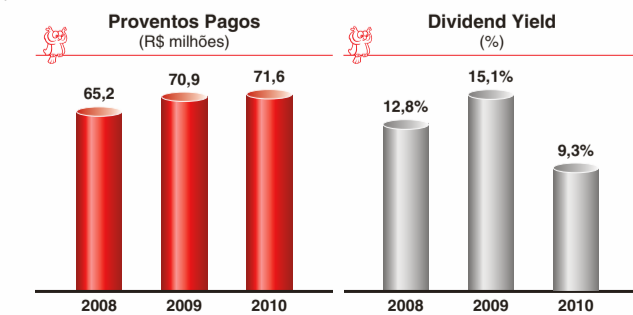
A Eternit informa que o Banco Itaú-Unibanco S.A. passou a ser a Instituição Financeira Depositária das ações escriturais de emissão da Companhia, em substituição ao Banco Bradesco S.A. Desde 01 de fevereiro de 2011, o atendimento aos acionistas é realizado nas agências Itaú-Unibanco distribuídas em todo o território nacional.

A Eternit comunica ainda que a presente mudança não afeta os American Depositary Receipts emitidos pela Companhia e negociados no mercado de balcão dos Estados Unidos da América, OTC - over-the-counter.

### REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Mesmo com os investimentos realizados em 2010, a Eternit manteve sua tradicional política de dividendos. Esta política faz com que a Eternit seja uma das companhias de capital aberto listadas no mercado brasileiro com um dos melhores índices de retorno para seus acionistas.

Os proventos pagos pela Eternit em 2010 totalizaram R\$ 71,6 milhões, que representa um dividend yield de 9,3%. Desde o ano de 2008, o montante distribuído soma R\$ 192,1 milhões.



### GOVERNANÇA CORPORATIVA

Consciente do valor da transparência e da equidade no relacionamento com todas as partes interessadas (stakeholders), a Eternit tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Este é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção das práticas de Governança Corporativa adicionais às previstas na legislação.

Em linha com essas práticas de comunicação e transparência, a Eternit informa que em 31 de dezembro de 2010, seus diretores detinham 1,49% das ações da Companhia.

De acordo com o Guia das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as companhias de capital aberto devem procurar facilitar a participação dos acionistas na assembleia, inclusive por meio de procaução, e pode fazer uso de tecnologias tais como assinatura eletrônica e certificação digital. Neste sentido, a Eternit implantou em 2010, a plataforma eletrônica da Assembleia na Web, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas nas assembleias da Eternit através da outorga de procaução.

A Eternit tem acionistas em todos os estados brasileiros, mais da metade fora do Estado de São Paulo, e nem sempre estes acionistas conseguem participar das assembleias. Dessa forma, a partir da próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), que ocorrerá no dia 13 de abril de 2011, os acionistas terão esta facilidade e poderão, através de procaução eletrônica, deliberar sobre as matérias em discussão das assembleias.

Para fazer o cadastro e solicitar o certificado digital, acesse [www.eternit.com.br/ri](http://www.eternit.com.br/ri) ou [www.assembleianew.com.br](http://www.assembleianew.com.br). Participe, esta é mais uma iniciativa da Eternit para o aperfeiçoamento de suas boas práticas de Governança Corporativa.

### RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

#### PROGRAMA PORTAS ABERTAS

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e beneficiamento do minério crisotila e da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades produtivas do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) e também à mineradora SAMA, localizada em Minas, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa já recebeu mais de 42 mil visitantes.

Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit.

#### POSICIONAMENTO SOBRE A QUESTÃO JURÍDICA DO MINÉRIO CRISOTILA

##### Lei do Estado de São Paulo

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do minério crisotila e dos produtos que o contêm é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Portanto, a competência para legislar é da União, conforme preceitos constitucionais.

Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF - Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal.

Em 2007, o Estado de São Paulo aprovou e sancionou a Lei nº 12.684 com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contêm. Esta Lei está sendo questionada no STF pela CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.937/07.

No dia 04 de junho de 2008, a Companhia esclareceu que, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a **liminar** concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a Lei nº 12.684 do Estado de São Paulo. É importante destacar que o mérito desta ação ainda não foi julgado, o que a coloca sub-judice e, portanto, **a proibição ainda não se tornou definitiva**. No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

Tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto de Lei nº 917/2009, que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para a sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado a qualquer momento.

Os entraves momentâneos à exportação do minério crisotila via Porto de Santos levou a Companhia a desenvolver novas alternativas para manter os seus embarques. A CODESP Autoridade Portuária de Santos, estava impedida de realizar os embarques de minério crisotila, por recomendação do Ministério Público do Trabalho de Guarujá.

Em 21 de julho de 2010, o juiz federal, da 4ª Vara Federal da cidade de Santos/SP decretou em sua sentença que a autoridade portuária não pode negar a validade da Lei federal em pleno vigor e considerou abusiva a ordem proibitiva da CODESP. Portanto, as exportações do minério crisotila através do Porto de Santos, como também o seu trânsito no Estado de São Paulo com esta finalidade estão liberados. No entanto, houve recurso por parte do Ministério Público Federal distribuído em fevereiro de 2011.

Recentemente uma das transportadoras que presta serviços a mineradora SAMA, foi impedida de transportar o minério crisotila, por força de liminar proferida, pelo juiz da 21ª Vara do Trabalho da Comarca de São Paulo nos autos da Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. É importante ressaltar, que esta decisão é passível de recurso.

#### Pesquisa Científica

Foi concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a importantes universidades brasileiras e do exterior, de renome, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq é responder como o estado da população que utiliza telhas de fibrocimento e de trabalhadores na mineração.

O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução, passíveis de atribuição à inalação ambiental a fibras de asbesto.

Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intersticial nos indivíduos do Grupo exposto após 1980, que fizeram Tomografia Computadorizada de Alta Resolução - TCAR nos dois estudos. A íntegra desta pesquisa está disponível em <http://www.sectec.go.gov.br>.

#### Pesquisa FGV

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre o **papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil**. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva do minério crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego, como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Etern



...Continuação

www.eternit.com.br

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2010

Os recursos para essa aquisição foram obtidos com o aumento de capital da Companhia, realizado no final de 2009 por meio da emissão privada de novas ações. O objetivo do aumento de capital foi assegurar a flexibilidade financeira necessária para a manutenção de investimentos em crescimento orgânico, bem como permitir futuras aquisições e iniciativas que fortaleçam as atividades e negócios da Companhia.

Com relação à Tégula, a expectativa é ocupar a capacidade ociosa existente maximizando as sinergias com a Eternit. Desde o 2T10, a Companhia vem intensificando os investimentos na Tégula, com foco na aquisição de moldes da telha BIG para atender principalmente às obras do programa Federal Minha Casa Minha Vida. Esta telha vem demonstrando ser uma excelente opção para este segmento com negócios expressivos realizados em 2010. A Companhia planeja dobrar de tamanho a recém adquirida Tégula.

Tendo em vista o bom momento do setor de construção e o mercado imobiliário aquecido, a Eternit planeja intensificar seus negócios com as construtoras, o que representa grande oportunidade de crescimento à Companhia. A maior parte de seu faturamento é proveniente de vendas com seus 14 mil pontos de vendas espalhados pelo país, sendo que grande parte desta demanda já fora capturada pela Eternit. Por conseguinte, atender ao segmento das construtoras tem substancial potencial de crescimento à Companhia.

Apesar do cenário bastante favorável ao setor de construção, a Administração considera relevantes os seguintes desafios do setor: as condições de competitividade da indústria nacional frente aos gargalos de infraestrutura e valorização do câmbio; disponibilidade e capacitação de mão de obra; aumento da produtividade da cadeia de construção; e a questão da habitação

no que se refere ao custo dos terrenos que podem sofrer valorização excessiva e inibir investimentos. Em relação aos desafios da Companhia, o principal deles é a diversificação no que se refere a volumes, margens e investimentos em marketing dos novos produtos, bem como o posicionamento sobre a questão jurídica do minério crisólita.

A Eternit está confiante no crescimento da economia brasileira e, sobretudo, do setor em que está inserida. Com uma estrutura de capital adequada, baixo endividamento e investimentos consistentes com seu plano de expansão e diversificação, a Companhia está bem posicionada para maximizar as oportunidades do setor. Em 2010, a Eternit consolidou-se como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do país. A partir deste momento, a meta a médio e longo prazo é tornar-se a maior e mais diversificada indústria de materiais de construção do Brasil, com cerca de 50% de seu faturamento ligado à diversificação.

### EVENTO SUBSEQUENTE

Com foco na diversificação, a Eternit adquiriu, em fevereiro de 2011, um terreno de 400 mil m² no Distrito Industrial do Porto de Pecém, no município de Caucaia (CE), para instalação de sua nova fábrica "multiprodutos", visando expandir e diversificar suas atividades. A nova planta deverá fabricar produtos que estão no portfólio da Eternit e até mesmo novos produtos que poderão vir a fazer parte do portfólio da Companhia.

Em breve a Companhia divulgará o cronograma de obras, bem como os recursos necessários para a instalação desta nova planta.

### CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Eternit tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer do exercício de 2010 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas controladas.

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

### AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2010, e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do país.

São Paulo, 10 de março de 2011.  
**A Administração**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09		
<b>CIRCULANTE</b>																
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.101	57.403	2.947	39.751	80.472	31.278									
Investimentos temporários	6	40.900	65.400	-	40.900	65.400	-									
Contas a receber de clientes	7	63.889	48.529	42.538	135.299	108.896	106.627									
Estoques	8	73.918	45.524	40.188	98.445	61.016	59.275									
Impostos a recuperar	9	6.303	4.287	2.744	8.799	5.099	3.676									
Partes relacionadas	11	16.120	9.289	17.090	-	-	-									
Demais contas a receber		5.606	3.484	4.465	16.110	7.078	7.549									
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>221.837</b>	<b>233.916</b>	<b>109.972</b>	<b>339.304</b>	<b>327.951</b>	<b>208.405</b>									
<b>NÃO CIRCULANTE</b>																
Impostos a recuperar	9	22.054	20.855	20.798	22.867	21.334	21.393									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	23.554	25.089	24.614	49.788	37.202	34.845									
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		7.944	4.902	4.902	11.894	12.140	9.031									
Precatórios a receber		431	1.010	1.655	431	1.010	1.655									
Demais contas a receber		500	443	492	2.101	3.663	2.123									
Outros investimentos		8	8	8	250	246	246									
Investimentos em controladas	10	175.441	119.780	111.665	-	-	-									
Imobilizado	12	124.999	104.605	97.775	209.989	150.329	140.941									
Intangível	12	1.811	917	936	24.454	17.967	17.764									
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>355.818</b>	<b>280.651</b>	<b>262.845</b>	<b>321.774</b>	<b>243.891</b>	<b>227.998</b>									
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>577.655</b>	<b>514.567</b>	<b>372.817</b>	<b>661.078</b>	<b>571.842</b>	<b>436.403</b>									
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>																
<b>CIRCULANTE</b>																
Fornecedores	13	32.523	17.831	21.149	41.097	20.805	24.038									
Empréstimos e financiamentos	14	441	1.811	132	20.443	30.467	38.146									
Salários, provisões e encargos sociais	15	19.638	9.429	9.394	34.842	20.566	17.622									
Impostos, taxas e contribuições a recolher																
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	16	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377									
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	27.245	18.118	18.137	27.245	18.118	18.137									
Provisão para riscos	21	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718									
Demais contas a pagar		-	-	425	343	-	425									
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.738</b>	<b>3.203</b>	<b>2.850</b>	<b>13.536</b>	<b>7.077</b>	<b>6.414</b>									
<b>NÃO CIRCULANTE</b>																
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844									
Financiamentos	14	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501									
Partes relacionadas	11	24.750	22.918	16.632	-	-	-									
Provisão para riscos	21	18.457	18.089	11.071	37.966	28.500	17.204									
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-									
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	90	-	-	280	-	-									
Remontes da mina		-	-	-	2.505	2.263	2.045									
Receitas antecipadas		181	451	721	482	770	1.228									
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>70.592</b>	<b>64.501</b>	<b>47.841</b>	<b>78.311</b>	<b>62.328</b>	<b>47.822</b>									
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>																
Capital social	18	334.251	334.152	226.851	334.251	334.152	226.851									
Reserva de capital		18.536	18.513	18.513	18.536	18.513	18.513									
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(2.906)	(174)	(174)	(2.906)									
Reservas de lucros		59.863	38.301	23.240	59.863	38.301	23.240									
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		412.476	390.792	265.698	412.476	390.792	265.698									
Participação de acionistas minoritários		-	-	13	11	7	-									
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>412.476</b>	<b>390.792</b>	<b>265.698</b>	<b>412.489</b>	<b>390.803</b>	<b>265.705</b>									
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>577.655</b>	<b>514.567</b>	<b>372.817</b>	<b>661.078</b>	<b>571.842</b>	<b>436.403</b>									

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto os valores por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Ações em tesouraria	Reservas de lucros			Lucro do período	Atribuível a proprietários da controladora (Controladora BR GAAP)	Participação de acionistas minoritários	Total (Consolidado IFRS e BR GAAP)
			Subvenção para investimentos	Agio na aquisição de ações		Estatutária	Legal	Retenção de lucros				
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009</b>	4	<b>226.851</b>	<b>18.513</b>	-	<b>(2.906)</b>	<b>5.336</b>	<b>6.244</b>	<b>11.660</b>	-	<b>265.698</b>	<b>7</b>	<b>265.705</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	73.114	73.114	5	73.119
Aumento de capital social	18	107.400	-	-	-	-	-	-	-	107.400	-	107.400
Capital a integralizar	18	(99)	-	-	-	-	-	-	-	(99)	-	(99)
Cancelamento de ações próprias	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:												
Apropriação para reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,201 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	10.481	(17.793)	(15.118)	-	(15.118)
Dividendos - R\$ 0,522 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(40.203)	(40.203)	(1)	(40.204)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>		<b>334.152</b>	<b>18.513</b>	-	<b>(174)</b>	<b>6.260</b>	<b>9.900</b>	<b>22.141</b>	-	<b>390.792</b>	<b>11</b>	<b>390.803</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.084	102.084	1	102.085
Capital a integralizar	18	99	-	-	-	-	-	-	-	99	-	99
Constituição de reservas		-	-	-	23	-	-	-	-	23	-	23
Destinação do lucro líquido:												
Apropriação para reservas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,25 por ação em circulação	18	-	-	-	-	5.104	5.104	11.354	(21.562)	-	-	-
Dividendos - R\$ 0,65 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.367)	(22.367)	-	(22.367)
Dividendos - R\$ 0,65 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(58.155)	(58.155)	1	(58.154)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>		<b>334.251</b>	<b>18.513</b>	<b>23</b>	<b>(174)</b>	<b>11.364</b>	<b>15.004</b>	<b>33.495</b>	-	<b>412.476</b>	<b>13</b>	<b>412.489</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- Pratic Wall (paredes semi-prontas);
- Eterplac (placas para fachadas);
- Eterplac Wood (placas cimentícias em CRFS com acabamento "madeirado");
- Caixas d'água em fibrocimento e polietileno;
- Eterclean (filtro de água para tubulação);
- Perfis metálicos (utilizados na construção de cobertura e paredes internas e externas).

A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula") possui cinco fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. Os principais produtos industrializados e/ou comercializados são:

- Telhas de concreto;
- Telhas Thermoconfort, com fibras de PVA (Fibra sintética) e tinta especial reduzindo a emissão de calor para a parte interna;
- Aquecedor solar;
- Freshfoil (manta de alumínio que impede a entrada de calor no verão e minimiza a saída no inverno);
- Passariadeira (aumenta a ventilação e evita a entrada de pássaros, morcegos e grandes insetos pelo beiral da casa).
- A controlada SAMA S.A. Minerações Associadas ("SAMA"), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de minério crisotila do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.

### a) Combinação de negócios

Em 11 de fevereiro de 2010, a Neptune Empreendimentos e Participações Ltda. ("Neptune"), controlada da Companhia, celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Tégula, a maior fabricante de telhas de concreto do Brasil, única empresa do setor no país dotada da mais alta tecnologia de produção de telhas e complementares para telhado. A Tégula possui um portfólio completo para a cobertura de casas, além dos cinco diferentes perfis de telha, que atendem aos diferentes estilos arquitetônicos e possui um conjunto completo de produtos essenciais para o telhado (rufos, caixa d'água, manta de subcobertura, etc.) e sistemas de aquecimento solar para banho.

Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O efeito da combinação de negócios, na data de aquisição, no balanço do Grupo Eternit foi:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valores justos
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4.937	-	4.937
Contas a receber de clientes	6.553	-	6.553
Estoques	6.545	2.539	9.084
Impostos a recuperar	591	-	591
Demais contas a receber	1.115	-	1.115
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>19.741</b>	<b>2.539</b>	<b>22.280</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Demais contas a receber	416	-	416
Intangível	301	1.046	1.347
Imobilizado	19.019	5.626	24.645
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>19.736</b>	<b>6.672</b>	<b>26.408</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>39.477</b>	<b>9.211</b>	<b>48.688</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores e demais contas a pagar	(5.488)	-	(5.488)
Salários, provisões e encargos sociais	(1.845)	-	(1.845)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.423)	-	(2.423)
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>(9.756)</b>	-	<b>(9.756)</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Provisão para riscos (i)	(3.017)	-	(3.017)
Demais contas a pagar	(111)	-	(111)
<b>Ativos adquiridos e passivos assumidos</b>	<b>26.593</b>	<b>9.211</b>	<b>35.804</b>
Contraprestação transferida (caixa)	-	-	39.240
Ágio ("goodwill")	-	-	3.436

(i) A Companhia efetuou as análises das contingências possíveis e não reconheceu nenhum montante destes riscos

(vide nota explicativa nº 21), por não foi sido possível determinar o seu valor justo com confiabilidade.

O ágio é a mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos que surgiram dessa aquisição e representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da combinação de negócios; o montante que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$ 10.242.

A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada pela administração com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida:	
Estoques	2.539
Terranos	1.360
Edificações com vida útil de 50 anos	1.367
Máquinas e equipamentos com vida útil de 10 a 40 anos	2.899
Marcas sem vida útil definida	1.046
<b>Total</b>	<b>9.211</b>

O Grupo utilizou o princípio da substituição para cálculo do valor de mercado dos ativos adquiridos na combinação de negócios. Esse princípio presume que um comprador prudente não irá pagar por uma propriedade um valor maior do que o custo de aquisição de uma propriedade substituída com a mesma utilidade.

Os fluxos de caixa futuros dos ativos adquiridos foram definidos em razão dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pelo "Weighted Average Cost of Capital - WACC".

### b) Reestruturação societária

Em 9 de janeiro de 2010, a investida Neptune passou a ser controlada da Companhia, com a participação direta de 99,99%. O capital social da investida passou de R\$ 4 para R\$ 42.000.

Em 14 de dezembro de 2010, a controladora Neptune foi incorporada pela controlada Tégula, pelo seu valor contábil, por não ter ativos nem passivos sujeitos à nova avaliação ao seu valor justo, exceto o investimento na Tégula, o qual deixou de existir quando houve a operação de incorporação reversa, conforme laudo de avaliação preparado por perito avaliador, considerando como data-base 31 de outubro de 2010.

Até a data-base da incorporação, a controladora Neptune realizou ágio na aquisição da Tégula, no montante de R\$ 3.157, R\$ 2.539 correspondentes à realização dos estoques e R\$ 618 à depreciação dos ativos imobilizados, conforme alocação do ágio ao valor justo dos respectivos ativos.

A viabilidade do negócio foi avaliada com base na rentabilidade projetada para a operação. O acervo líquido incorporado pela Tégula, na data da incorporação reversa, era o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa	335
Impostos a recuperar	167
Juros sobre capital próprio a receber	1.016
Investimentos em controlada	31.381
Ágio sobre investimento - Tégula	12.647
Amortização de ágio sobre investimento - Tégula	(3.157)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(1.369)
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>41.020</b>

Após a incorporação reversa da sua controladora Neptune, a estrutura patrimonial e de resultado da Tégula em 31 de dezembro de 2010, para fins de consolidação nas demonstrações financeiras do grupo era como segue:

Ativo circulante	Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores e empréstimos	6.049
Contas a receber de clientes	Salários, provisões e encargos sociais	4.138
Estoques	Impostos a recolher	1.314
Impostos a recuperar	Dividendos a pagar	1.135
Demais contas a receber	Provisão para riscos	343
	Demais contas a pagar	2.094
		15.073
<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	
Impostos diferidos	Financiamentos	2.420
Impostos a compensar	Impostos diferidos	498
Imobilizado	Provisão para riscos	1.158
Intangível (marcas e outros)	Demais contas a pagar	173
Intangível ("goodwill")		4.249
	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>51.895</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>71.217</b>

### Demonstração do resultado

Receita líquida de vendas	67.863
Custo dos produtos vendidos	(48.031)
<b>Lucro bruto</b>	<b>19.832</b>
Despesas com vendas	(8.311)
Despesas administrativas	(8.530)
Resultado financeiro, líquido	(82)
Outros resultados operacionais	(535)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>2.374</b>
Impostos correntes e diferidos	11.613
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.987</b>

Com base na expectativa de lucros tributáveis no decorrer dos próximos dez anos, foi constituído ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias.

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, o ágio não será amortizado contabilmente. Anualmente seu valor recuperável será avaliado através dos testes de "impairment". O ágio fundamentado com base no "goodwill", no valor de R\$ 3.436, será amortizado para fins de imposto de renda e contribuição social pelo prazo de cinco anos, com base no Regime Tributário Transitório - RTT.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1. Declaração de conformidade

- As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP).
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as IFRSs desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS, cuja data de primeira e consequente da aplicação do IFRS 1 foram refletidas em 1º de janeiro de 2006. A Companhia adotou antecipadamente o IFRS devido às suas ações serem listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43, a Companhia, em consonância com a Deliberação CVM nº 592/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 23, efetuou certos ajustes nos saldos das Demonstrações Financeiras em 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e na Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para permitir a comparabilidade entre os exercícios apresentados. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo está apresentado a seguir.

### 2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

### Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

### 2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a aquisição de negócios é contabilizada pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios mensurada pelo valor justo é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

### Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica IPCS - 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

### 2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver nota explicativa nº 2.4), líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

### 2.6. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

### 2.6.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

### 2.6.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

### 2.7. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação.

### 2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

### 2.9. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

### 2.10. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

### 2.11. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.11.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 19).

### 2.11.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 19).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

### 2.12. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.13. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

### 2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 2.15. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

### 2.16. Provisões

• As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

• A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

• A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.

• Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 - Receita (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 30).

### 2.17. Ajuste a valor presente

O contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas Financeiras" nas demonstrações do resultado.



...Continuação

www.eternit.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 3.1.1. Valor recuperável do ágio ("goodwill")

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável do ágio ("goodwill").

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
SAMA	16.558	16.558	16.558
Tégula	3.436	-	-
<b>Total</b>	<b>19.994</b>	<b>16.558</b>	<b>16.558</b>

### 3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12., o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais. O efeito dessa revisão, considerando que os ativos sejam mantidos até o fim de sua vida útil, correspondeu a uma redução nas despesas de depreciação no exercício corrente e nos próximos três exercícios, nos seguintes valores:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	2010	2011	2012
	6.334	6.874	6.854
	6.334	6.874	6.854
	6.334	6.874	6.854

### 3.1.3. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 29., o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

## 4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

### 4.1. Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas

#### 4.1.1. Aplicação das IFRSs

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas de acordo com as IFRSs. A primeira adoção deu-se em 31 de dezembro de 2007 (o que incluiu o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2006), devido a Companhia ter suas ações listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Considerando o exposto, não há efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 que exijam conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior).

No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que incluiu o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, quando de sua adoção do IFRS, conforme descrito nas notas a seguir.

#### a) Isenção para combinação de negócios

A Companhia não possuía combinação de negócios na data de transição para as IFRSs e para os CPCs (1º de janeiro de 2006).

#### b) Isenção para a apresentação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis como custo de aquisição

O Grupo optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado do Grupo é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) a indústria em que o Grupo opera é impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da Administração atualizações frequentes dos seus equipamentos e revisão dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado eram consistentes com as emendas do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

#### c) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos)

A Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos (derivativos) na data de transição para as IFRSs.

#### d) Isenção relacionada ao reconhecimento de participações em controladas

As controladas da Companhia não possuíam demonstrações financeiras apresentadas em IFRSs na data de transição; por essa razão, a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para todas as suas controladas.

#### e) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32/ CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e a IAS 39/ CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais dos atuais instrumentos financeiros não foi efetuada na data de transição para as IFRSs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRSs na data de sua contratação.

A Companhia considerou as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva conforme segue:

#### a) Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Companhia concluiu que não havia ativos e passivos financeiros não derivados que deveriam ser excluídos dos registros contábeis na data de transição para as IFRSs.

#### b) Isenção para contabilização de operações de "hedge"

A Companhia não possuía nenhuma transação classificada como "hedge" para fins de IFRSs, na data de transição e, por essa razão, não existiam ajustes a serem contabilizados.

#### c) Isenção de estimativas

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas de acordo com o BR GAAP anterior, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRSs na data de transição.

#### d) Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas

A Companhia não teve nenhum ativo classificado como disponível para venda.

### 4.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial consolidado (BR GAAP):

Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	31.278	-	31.278	80.762	-	80.762
Investimentos temporários	-	-	-	65.400	-	65.400
Contas a receber de clientes	106.626	-	106.626	108.886	-	108.886
Estoques	59.275	-	59.275	61.016	-	61.016
Impostos a recuperar	3.676	-	3.676	4.809	-	4.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.404	(7.404)	-	7.750	(7.750)	-
Demais contas a receber	7.549	-	7.549	7.077	-	7.077
<b>Total do ativo circulante não circulante</b>	<b>215.808</b>	<b>(7.404)</b>	<b>208.404</b>	<b>335.700</b>	<b>(7.750)</b>	<b>327.950</b>
Depósitos judiciais e incentivos fiscais	6.020	3.006	9.026	6.822	5.318	12.140
Impostos a recuperar	21.393	-	21.393	21.334	-	21.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.324	7.521	34.845	29.299	7.898	37.197
Precatórios a receber	1.655	-	1.655	1.010	-	1.010
Demais contas a receber	2.123	-	2.123	3.664	-	3.664
Outros investimentos	244	-	244	246	-	246
Imobilizado	139.828	1.119	140.947	149.315	1.020	150.335
Ágio	16.558	16.558	33.116	16.558	16.558	33.116
Outros ativos intangíveis	1.243	(36)	1.207	1.444	(36)	1.408
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>199.830</b>	<b>28.168</b>	<b>227.998</b>	<b>213.134</b>	<b>30.758</b>	<b>243.892</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>415.638</b>	<b>20.764</b>	<b>436.402</b>	<b>548.834</b>	<b>23.008</b>	<b>571.842</b>
<b>Passivo Circulante</b>						
Fornecedores	24.038	-	24.038	20.805	-	20.805
Empréstimos e financiamentos	38.144	-	38.144	30.467	-	30.467
Salários, provisões e encargos	17.622	-	17.622	20.566	-	20.566
Impostos, taxas e contribuições a recolher	15.377	-	15.377	18.785	-	18.785
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.137	-	18.137	18.118	-	18.118
Provisão para benefícios futuros a empregados	2.718	-	2.718	2.893	-	2.893
Provisão para contingências	425	-	425	3.664	-	3.664
Demais contas a pagar	6.414	-	6.414	7.077	-	7.077
<b>Total do passivo circulante não circulante</b>	<b>122.875</b>	<b>-</b>	<b>122.875</b>	<b>118.711</b>	<b>-</b>	<b>118.711</b>
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	26.844	-	26.844	26.556	-	26.556
Financiamentos	501	-	501	1.233	-	1.233
Provisão para contingências	14.198	3.006	17.204	23.181	5.319	28.500
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	-	3.006	-	3.006
Remonte da mina	2.045	-	2.045	2.263	-	2.263
Receitas antecipadas	1.228	-	1.228	770	-	770
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>44.816</b>	<b>3.006</b>	<b>47.822</b>	<b>57.009</b>	<b>5.319</b>	<b>62.328</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>167.691</b>	<b>3.006</b>	<b>170.697</b>	<b>175.720</b>	<b>5.319</b>	<b>181.039</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital social	226.851	-	226.851	334.152	-	334.152
Reserva de capital	1.955	16.558	18.513	1.955	16.558	18.513
Ações em tesouraria	(2.906)	-	(2.906)	(174)	-	(174)
Reservas de lucros	22.040	1.200	23.240	37.169	1.132	38.301
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	247.940	17.758	265.698	373.102	17.690	390.792
Participação de minoritários	7	-	7	12	(1)	11
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>247.947</b>	<b>17.758</b>	<b>265.705</b>	<b>373.114</b>	<b>17.689</b>	<b>390.803</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>415.638</b>	<b>20.764</b>	<b>436.402</b>	<b>548.834</b>	<b>23.008</b>	<b>571.842</b>

### Conciliação do patrimônio líquido:

Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)		Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP anterior	-	-	247.940	373.102
Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controlada SAMA, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	e	16.558	16.558	-
Correção monetária complementar do ativo imobilizado pelo CPC 42	d	1.422	1.422	-
Depreciação da correção monetária complementar - CPC 27 e CPC 23	g	(303)	(402)	-
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 38	g	(133)	(133)	-
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - CPC 4 e CPC 23	g	97	97	-
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	g	117	148	-
<b>Total dos ajustes no patrimônio líquido com o BR GAAP</b>	<b>g</b>	<b>17.758</b>	<b>17.690</b>	<b>-</b>
<b>Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP</b>		<b>265.698</b>	<b>390.792</b>	

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado consolidada:

Item (*)	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Receita operacional líquida	583.268	-	583.268
Custo dos produtos vendidos	(337.616)	-	(337.616)
<b>Lucro bruto</b>	<b>245.652</b>	<b>-</b>	<b>245.652</b>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	(66.942)	-	(66.942)
Despesas gerais e administrativas	(53.289)	-	(53.289)
Remuneração da Administração	(11.139)	-	(11.139)
Despesas financeiras	(19.236)	-	(19.236)
Receitas financeiras	18.364	-	18.364
Outras despesas operacionais, líquidas	(8.706)	(69)	(8.775)
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>104.704</b>	<b>(69)</b>	<b>104.635</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(31.512)</b>	<b>(9)</b>	<b>(31.521)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>73.192</b>	<b>(78)</b>	<b>73.114</b>
Participação dos acionistas controladores	73.192	-	73.114
Participação dos acionistas não controladores	(5)	10	5
<b>Total</b>	<b>73.187</b>	<b>(68)</b>	<b>73.119</b>

### Conciliação do resultado consolidado:

Item (*)	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP reapresentado
Receita operacional líquida	333.330	-	333.330
Custo dos produtos vendidos	(247.200)	-	(247.200)
<b>Lucro bruto</b>	<b>86.130</b>	<b>-</b>	<b>86.130</b>
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	(32.650)	-	(32.650)
Despesas gerais e administrativas	(27.720)	-	(27.720)
Remuneração da Administração	(6.431)	-	(6.431)
Resultado financeiro, líquido	1.683	-	1.683
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.691)	(5)	(7.696)
Resultado da equivalência patrimonial	61.547	(65)	61.482
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>74.868</b>	<b>(70)</b>	<b>74.798</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(1.681)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1.679)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>73.187</b>	<b>(68)</b>	<b>73.119</b>

### Notas às reconciliações

A adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43 (R1) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

#### Descrição dos ajustes e reclassificações na conversão do BR GAAP anterior para o BR GAAP atual - Consolidado

Item (*)	01/01/09		31/12/09	
	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs	BR GAAP anterior	BR GAAP dos novos CPCs
a) Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	-	(7.404)	-	(7.750)
b) Depósitos judiciais e incentivos fiscais, inicialmente classificados como reductor de contingências passivas, transferido para depósitos judiciais no ativo não circulante	-	3.006	-	4.408
c) Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante	-	7.404	-	7.750
d) Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	-	1.422	-	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	-	(303)	-	(402)
e) Reversão da amortização do ágio - ("goodwill") da controlada SAMA, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - IFRS 3 e IAS 36	-	16.558	-	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	-	1.422	-	1.422
f) Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	-	(133)	-	(133)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	-	97	-	97
g) Depreciação da correção monetária complementar	-	(303)	-	(402)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	-	(133		



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:						
ICMS	1.279	1.301	1.110	1.718	1.694	1.558
IRRF	509	106	97	715	159	249
IRPJ	2.323	1.221	1.118	3.458	1.412	1.195
CSLL	739	416	272	1.287	508	324
IRRF juros sobre o capital próprio	412	576	-	548	576	-
Fundo FOMENTAR - ICMS	685	273	-	711	290	-
COFINS e outros	356	394	147	363	460	350
<b>Total</b>	<b>6.303</b>	<b>4.287</b>	<b>2.744</b>	<b>8.799</b>	<b>5.099</b>	<b>3.676</b>
Não circulante:						
ICMS e outros	3.052	2.526	3.194	3.865	3.004	3.789
IRRF	12.090	11.662	11.200	12.090	11.662	11.200
IRPJ	6.912	6.667	6.404	6.912	6.668	6.404
<b>Total</b>	<b>22.054</b>	<b>20.855</b>	<b>20.798</b>	<b>22.867</b>	<b>21.334</b>	<b>21.393</b>

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Controladas	Controladora (BR GAAP)			
	Participação e capital votante detidos - %	31/12/10	31/12/09	01/01/09
SAMA S.A. Minerações Associadas ("SAMA")	99,99	99,99	99,99	99,99
Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis")	99,99	99,99	99,99	99,99
Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon")	99,99	99,99	99,99	99,99
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel")	99,99	99,99	99,99	99,99
Wagner Ltda. ("Wagner")	99,85	99,85	99,85	99,85
Wagner da Amazônia Ltda. ("Wagner da Amazônia")	99,85	99,85	99,85	99,85
Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula")	99,99	99,99	99,99	99,99

Resumo das principais informações das controladas:

Controlada	Localização	Atividade principal
SAMA	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do minério crisotila
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica
Precon	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento
Prel	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Wagner da Amazônia	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Tégula	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)						
	Wagner	SAMA	Precon	Prel	Neptune (*)	Tégula (*)	Total
Em 1º de janeiro de 2009	3.467	89.037	11.147	8.014	-	-	111.665
Dividendos	-	(42.699)	(4.235)	(540)	-	-	(47.474)
Juros sobre o capital próprio	(211)	(4.555)	(682)	(445)	-	-	(5.893)
Equilíbrio patrimonial	2.763	51.582	6.199	938	-	-	61.482

### Imobilizado

Custo	Controladora (BR GAAP)						
	Wagner	SAMA	Precon	Prel	Neptune (*)	Tégula (*)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	808	25.235	71.000	9.140	51.422	2.913	180.103
Adições	-	-	50	-	-	-	16.849
Baixas	-	(19)	(425)	(3)	(16)	-	(629)
Transferências	-	5.187	5.435	748	14.390	439	27.306
Saldos em 31 de dezembro de 2009	808	30.403	76.060	9.885	65.796	3.352	196.326
Adições	-	-	-	-	-	-	30.749
Baixas	(107)	-	(1.117)	(78)	(93)	(59)	(1.757)
Transferências	-	917	15.278	1.564	8.424	273	215
Saldos em 31 de dezembro de 2010	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	224.088
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(16.041)	(37.801)	(4.754)	(19.263)	(1.345)	(82.328)
Adições	-	(552)	(2.528)	(821)	(4.890)	(439)	(9.785)
Baixas	-	4	226	3	13	53	392
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(16.589)	(40.103)	(5.572)	(24.140)	(1.784)	(91.721)
Adições	-	(647)	(1.146)	(808)	(5.187)	(341)	(8.716)
Baixas	-	-	885	53	65	58	1.348
Transferências	-	-	(308)	(226)	476	29	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(99.089)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2009	808	9.194	33.199	4.386	32.159	1.568	97.775
Em 31 de dezembro de 2009	808	13.814	35.957	4.313	41.656	1.568	104.605
Em 31 de dezembro de 2010	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	124.999

### Intangível

Custo	Controladora (BR GAAP)			
	Softwares	Outros	Intangível em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	3.660	26	-	3.686
Adições	497	-	137	634
Baixas	(88)	-	-	(88)
Transferências	137	-	(137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.206	26	-	4.232
Adições	-	-	-	-
Baixas	(138)	-	-	(138)
Transferências	1.230	-	-	1.230
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.298	26	-	5.324
Amortização	-	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(2.744)	(6)	-	(2.750)
Adições	(653)	(1)	-	(654)
Baixas	89	-	-	89
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(3.308)	(7)	-	(3.315)
Adições	(342)	7	-	(335)
Baixas	137	-	-	137
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.513)	-	-	(3.513)
Valor residual	-	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2009	916	20	-	936
Em 31 de dezembro de 2009	898	19	-	917
Em 31 de dezembro de 2010	1.785	26	-	1.811

	Controladora (BR GAAP)						
	Wagner	SAMA	Precon	Prel	Neptune (*)	Tégula (*)	Total
Em 31 de dezembro de 2009	6.019	93.365	12.429	7.967	-	-	119.780
Aporte de capital (*)	-	-	-	-	41.996	-	41.996
Dividendos	-	(44.026)	(8.852)	(440)	(3.020)	-	(56.338)
Juros sobre o capital próprio	-	(4.774)	(668)	(437)	(672)	(400)	(6.951)
Equilíbrio patrimonial	(2.066)	52.704	11.207	879	2.716	11.271	76.711
Correção monetária complementar - IFRS	-	-	-	-	-	243	243
Incorporação	-	-	-	-	(41.020)	41.020	-
Em 31 de dezembro de 2010	3.953	97.269	14.116	7.969	-	52.134	175.441

(\*) Vide nota explicativa nº 1.b

### 11. PARTES RELACIONADAS

#### a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos:			
Ativo circulante:			
Contas a receber: (i)			
SAMA	-	1	-
Precon	1.154	1.307	682
<b>Total</b>	<b>1.154</b>	<b>1.307</b>	<b>682</b>
Dividendos e juros sobre o capital próprio (ii)			
SAMA	12.550	7.256	13.965
Prel	188	260	813
Precon	2.247	1.729	2.312
Wagner	-	44	-
Tégula	1.135	-	-
<b>Total</b>	<b>16.120</b>	<b>9.289</b>	<b>17.090</b>
<b>Total</b>	<b>17.275</b>	<b>10.596</b>	<b>17.779</b>
Passivo circulante:			
Fornecedores: (i)			
SAMA	7.173	4.160	4.816
Outras contas a pagar:			
Prel	-	21	21
<b>Total</b>	<b>7.173</b>	<b>4.181</b>	<b>4.837</b>
Passivo não circulante:			
Mútuos: (iii)			
SAMA	23.177	21.460	16.632
Prel	1.573	1.458	-
<b>Total</b>	<b>24.750</b>	<b>22.918</b>	<b>16.632</b>
Transações:			
Vendas:			
Precon	13.092	7.372	2.887
Tégula	270	-	-
<b>Total</b>	<b>13.362</b>	<b>7.372</b>	<b>2.887</b>
Compras:			
SAMA	79.987	59.271	51.140
Precon	-	140	389
<b>Total</b>	<b>79.987</b>	<b>59.411</b>	<b>51.529</b>

	Controladora (BR GAAP)									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009	808	25.235	71.000	9.140	51.422	2.913	3.063	2.530	13.992	180.103
Adições	-	-	50	-	-	-	-	-	16.802	16.849
Baixas	-	(19)	(425)	(3)	(16)	-	(74)	(92)	-	(629)
Transferências	-	5.187	5.435	748	14.390	439	662	445	(27.306)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	808	30.403	76.060	9.885	65.796	3.352	3.651	2.883	3.488	196.326
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	30.749	30.749
Baixas	(107)	-	(1.117)	(78)	(93)	(59)	(115)	(188)	-	(1.757)
Transferências	-	917	15.278	1.564	8.424	273	182	215	(28.083)	(1.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	3.718	2.910	6.154	224.088
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(16.041)	(37.801)	(4.754)	(19.263)	(1.345)	(1.320)	(1.804)	-	(82.328)
Adições	-	(552)	(2.528)	(821)	(4.890)	(439)	(250)	(295)	-	(9.785)
Baixas	-	4	226	3	13	53	93	93	-	392
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(16.589)	(40.103)	(5.572)	(24.140)	(1.784)	(1.527)	(2.006)	-	(91.721)
Adições	-	(647)	(1.146)	(808)	(5.187)	(341)	(298)	(289)	-	(8.716)
Baixas	-	-	885	53	65	58	99	188	-	1.348
Transferências	-	-	(308)	(226)	476	29	29	29	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(1.697)	(2.078)	-	(99.089)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 1º de janeiro de 2009	808	9.194	33.199	4.386	32.159	1.568	1.743	726	13.992	97.775
Em 31 de dezembro de 2009	808	13.814	35.957	4.313	41.656	1.568	2.124	877	3.448	104.605
Em 31 de dezembro de 2010	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	2.021	832	6.154	124.999

	Controladora (BR GAAP)								
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento
Saldos em 1º de janeiro de 2009	808	25.235	71.000	9.140					



...Continuação

www.eternit.com.br

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Fluxo de pagamento:</b>						
2010	-	-	145	-	-	145
2011	-	441	145	-	441	145
2012	461	374	145	1.066	374	145
2013	323	238	66	928	238	66
2014	266	180	-	871	180	-
2015	21	-	-	626	-	-
<b>Total</b>	<b>1.071</b>	<b>1.233</b>	<b>501</b>	<b>3.491</b>	<b>1.233</b>	<b>501</b>

### a) Empréstimos

Em março de 2009, a Companhia captou empréstimo para capital de giro junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 5.000, com encargos pós-fixados baseados no Certificado de Depósito Interbancário - CDI e acrescidos de juros anuais de 4,28%. Empréstimo foi liquidado em março de 2010.

### b) Financiamentos

Recursos obtidos pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, captados em dezembro de 2007, foram destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, os quais estão garantindo a dívida, com taxa média ponderada anual de 7,4%, já inclusa a Taxa de Juros de Longo Prazo - TULP.

### c) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE

São recursos destinados a avançar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americano a uma taxa cambial média de R\$ 1,68 e atualizados pela taxa de R\$ 1,6654 em 31 de dezembro de 2010. Taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

A Companhia é avaliada de parte das operações de ACE da controlada SAMA, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 19.419, representando 97,14% do saldo total em 31 de dezembro de 2010.

### d) Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC

São recursos destinados a avançar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$ 1,627 e Taxa Interbancária de Londres - LIBOR média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

## 15. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)						
	01/01/09	Adições	Paga-mentos	31/12/09	Adições	Paga-mentos	31/12/10
13º salário	-	3.793	(3.793)	-	4.544	(4.544)	-
Férias	4.443	5.498	(5.064)	4.877	6.518	(5.579)	5.816
Participação nos lucros (i)	3.862	7.568	(8.234)	3.196	21.272	(13.664)	10.804
Salários	-	34.823	(34.823)	-	36.252	(36.252)	-
FGTs	154	3.712	(3.598)	268	4.364	(4.179)	453
Salário educação	122	888	(876)	134	1.149	(6)	1.277
INSS	813	13.268	(13.137)	944	15.912	(16.477)	379
Previdência privada (ii)	-	3.343	(3.338)	5	3.647	(2.736)	916
Contribuição sindical	-	221	(216)	5	196	(208)	7
<b>Total</b>	<b>9.394</b>	<b>73.114</b>	<b>(73.079)</b>	<b>9.429</b>	<b>93.854</b>	<b>(83.645)</b>	<b>19.638</b>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	01/01/09	Adições	Paga-mentos	31/12/09	Adições	Paga-mentos	31/12/10
13º salário	-	6.379	(6.379)	-	9.068	(9.068)	-
Férias	7.207	9.325	(8.434)	8.098	12.046	(10.313)	9.831
Participação nos lucros (i)	8.190	12.019	(10.455)	9.754	34.549	(24.377)	19.926
Salários	-	50.626	(50.626)	-	63.145	(63.145)	-
FGTs	354	6.198	(6.060)	492	7.668	(7.330)	830
Salário educação	160	1.512	(1.492)	180	1.849	(684)	1.345
INSS	1.432	21.950	(21.709)	1.673	29.302	(29.385)	1.590
Previdência privada (ii)	272	3.753	(3.693)	332	6.393	(5.434)	1.291
Contribuição sindical	7	330	(300)	37	401	(410)	29
<b>Total</b>	<b>17.622</b>	<b>112.092</b>	<b>(109.148)</b>	<b>20.566</b>	<b>164.421</b>	<b>(150.146)</b>	<b>34.842</b>

### (i) Participação nos lucros

O Grupo adota o programa de participação nos lucros para os empregados. O acordo é homologado pelo Sindicato. O valor está registrado como despesas administrativas na rubrica "Participação nos lucros".

### (ii) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado PGBL com característica de contribuição definida.

## 16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
<b>Circulante:</b>						
Tributos sobre os lucros:						
IRPJ	628	2	-	11.493	4.015	2.499
CSLL	227	-	-	2.405	342	766
Demais tributos:						
ICMS	4.082	3.156	2.369	7.335	6.956	6.214
IPI	2.026	1.594	1.054	2.223	1.776	1.237
COFINS	1.630	1.344	980	3.404	2.613	1.819
PIS	351	292	213	736	567	395
IRRF	288	780	653	967	1.306	1.104
CFEM	-	-	-	1.097	997	998
Outros	125	70	277	277	212	344
<b>Total</b>	<b>9.357</b>	<b>7.237</b>	<b>5.546</b>	<b>29.937</b>	<b>18.785</b>	<b>15.377</b>
<b>Não circulante:</b>						
ICMS (*)	6.757	2.739	-	7.017	2.739	-
IRPJ	-	-	-	-	267	-
<b>Total</b>	<b>6.757</b>	<b>2.739</b>	<b>-</b>	<b>7.017</b>	<b>3.006</b>	<b>-</b>

(\*) ICMS originado pelos incentivos fiscais - PRODUIR na controladora e FOMENTAR na controlada Precon.

## 17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial para data base de 31 de dezembro de 2010 preparado por empresa especializada independente, com parecer emitido em 21 de fevereiro de 2011, contabilizaram uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto	10,73% a.a.	11,29% a.a.	10,25% a.a.
Crescimento das despesas com saúde	8,5% a.a.	8,51% a.a.	8,50% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83	GAM83

### b) Avaliação atuarial

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Número de participantes	339	351	365	559	568	584
Valor presente das obrigações no início do período	21.343	21.285	19.444	31.063	31.464	28.492
Juros sobre a obrigação atuarial (Ganhos) perdas atuariais	2.249	2.082	1.909	3.181	3.061	2.781
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
<b>Valor presente das obrigações no fim do período</b>	<b>21.374</b>	<b>20.941</b>	<b>21.285</b>	<b>30.800</b>	<b>29.789</b>	<b>31.464</b>

### c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	1.375	(402)	(804)	4.038	(1.274)	(1.963)
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(2.137)	(2.094)	(2.128)	(3.080)	(3.462)	(3.146)
Perdas atuariais reconhecidas a partir de 2011	-	-	-	958	-	-
Serviço médio futuro esperado (em anos)	16,42	17,42	18,60	16,42	17,42	18,60

### d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo contábil no início do período	20.716	20.561	20.297	29.449	29.562	29.501
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Complemento da provisão	2.433	2.179	1.990	3.400	3.349	2.842
<b>Total</b>	<b>20.931</b>	<b>20.716</b>	<b>20.561</b>	<b>29.405</b>	<b>29.449</b>	<b>29.562</b>
Circulante	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718
Não circulante	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844
<b>Total</b>	<b>20.931</b>	<b>20.716</b>	<b>20.561</b>	<b>29.405</b>	<b>29.449</b>	<b>29.562</b>

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 226.851 para R\$ 334.251, mediante subscrição privada, no montante de R\$ 107.400, por meio de emissão de 17.900.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 6,00. Tal aumento de capital foi homologado em Reunião do Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2010.

Até 21 de dezembro de 2009, foram subscritas 17.890.492 ações no valor de R\$ 107.301 (totalizando R\$ 334.152); as 9.508 ações remanescentes não subscritas, no montante de R\$ 99, foram leiloadas em 12 de janeiro de 2010.

Composição acionária:

Composição acionária	31/12/10		31/12/09	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	5.543	50.962.215	6.318	40.869.396
Pessoas jurídicas	90	1.961.772	95	1.615.788
Pessoas residentes no exterior	72	6.585.698	49	3.220.359
Clubes, fundos e fundações	205	29.960.949	153	25.865.091
Subtotal	5.910	89.470.634	6.615	71.570.634
Ações em tesouraria	-	-	-	29.366
<b>Total</b>	<b>5.910</b>	<b>89.500.000</b>	<b>6.615</b>	<b>71.600.000</b>

### b) Reserva de retenção de lucros

Em atendimento à instrução normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2010, no montante de R\$ 11.354, totalizando em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$ 33.495 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

### Orçamento de capital - aplicação de recursos

	2011 - Projeção
Investimento em ativo imobilizado	33.500
Projetos de novos investimentos	80.200
<b>Total</b>	<b>113.700</b>

### c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 5.104 (R\$ 3.656 em 31 de dezembro de 2009), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

### d) Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 5.104 (R\$ 3.656 em 31 de dezembro de 2009). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até atingir 10% do capital social.

### e) Dividendos

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	12.347	0,138
RCA de 04/08/10	27/08/10	12.257	0,137
RCA de 21/10/10	16/11/10	12.347	0,138
RCA de 02/03/11	25/03/11	21.204	0,237
<b>Total</b>		<b>58.156</b>	<b>0,650</b>

### f) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	5.548	0,062
RCA de 04/08/10	27/08/10	5.636	0,063
RCA de 21/10/10	16/11/10	5.547	0,062
RCA de 02/03/11	25/03/11	5.637	0,063
<b>Total</b>		<b>22.368</b>	<b>0,250</b>

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, devidos da seguinte forma:

	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	102.085	73.119
(-) Reserva legal (5%)	(5.104)	(3.656)



...Continuação

www.eternit.com.br

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos	(2.850)	(6.595)	(11.051)	(10.873)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.249)	(2.083)	(3.181)	(3.062)
Recuperação ambiental	-	-	(949)	-
Provisão para perdas diversas	(1.791)	-	(1.791)	-
Impostos sobre outras vendas	(579)	(253)	(1.296)	(1.257)
Garantia de qualidade	(142)	(231)	(276)	(350)
Substituição de produto avariado	(521)	(194)	(529)	(213)
Gastos com indenizações trabalhistas e civis	(1.116)	(800)	(1.487)	(1.026)
Custo da baixa do imobilizado	(434)	(226)	(628)	(1.198)
Outras	526	(1.120)	(1.392)	(1.265)
	(9.156)	(11.502)	(22.580)	(19.244)
<b>Total</b>	<b>(7.228)</b>	<b>(7.696)</b>	<b>(13.152)</b>	<b>(8.775)</b>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(97)	(473)	(122)	(488)
Juros sobre mútuo	(2.216)	(1.957)	-	-
Juros passivos	(670)	(509)	(1.655)	(2.949)
Despesas bancárias	(529)	(682)	(760)	(883)
Descontos concedidos	(329)	(196)	(1.507)	(837)
IOF	(235)	(462)	(492)	(549)
IPS e COFINs - juros sobre capital próprio	(716)	(545)	(827)	(545)
Variações cambiais passivas	(174)	(163)	(16.986)	(12.957)
Outras	(57)	(64)	(327)	(28)
	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.012	1.523	8.909	2.768
Descontos obtidos	3.390	1.750	53	4
Juros ativos	2.234	2.243	5.668	5.240
Variações monetárias ativas	978	889	1.127	1.070
Variações cambiais ativas	864	329	16.547	9.187
Outras	-	-	96	95
	14.478	6.734	32.400	18.364

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<b>9.455</b>	<b>1.683</b>	<b>9.724</b>	<b>(872)</b>

**27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

**a) Adoção da IFRS 8 e CPC 22 - Segmentos Operacionais**  
O grupo adotou a IFRS 8 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 22 - Segmentos Operacionais), com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. A IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relacionamentos internos a respeito dos componentes do Grupo regularmente revisados pelo Presidente (principal tomador de decisões operacionais), a fim de alocar recursos para os segmentos e para avaliar o seu desempenho. Como resultado, após a adoção da IFRS 8 e do pronunciamento técnico CPC 22, a identificação dos segmentos reportáveis do grupo mudou.

**b) Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas**  
Em anos anteriores, a informação por segmentos divulgada foi analisada com base em dois segmentos (fibrocimento e minério crisotila). No entanto, as informações comunicadas ao Presidente do Grupo, para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho do segmento estão especificamente orientadas para as áreas geográficas (fibrocimento) e os mercados locais e estrangeiros (asbesto de crisotila). Os segmentos reportáveis do Grupo de acordo com a IFRS 8 o pronunciamento técnico CPC 22 são os seguintes:

Descrição	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Área Geográfica		Área Geográfica	
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste		Mercados local e estrangeiro	
Minério Crisotila	Mercado local e estrangeiro		Mercado Local	
Telhas de concreto	Mercado Local		Mercado Local	
Outros	Mercado Local		Mercado Local	
- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água, painéis moldados, divisórias e painéis planos.				
- Minério crisotila: inclui a exploração e venda de Minério Crisotila.				
- Outras: inclui a fabricação e venda de componentes para sistemas construtivos, caixas d'água de polietileno para o mercado local; e revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar, acessórios e telhas metálicas.				

**c) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis**

As informações sobre segmentos reportáveis do Grupo estão apresentadas a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Receita líquida		Lucro bruto		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	
Fibrocimento e cimento de fio sintético					
	Sudeste	95.844	85.009	26.021	21.966
	Sul	107.614	85.945	32.031	22.207
	Centro-Oeste	156.699	124.897	50.770	32.858
	Norte e Nordeste	68.896	57.502	20.530	14.858
	Exportação	51	189	50	189
		429.104	353.542	129.402	92.078
Minério crisotila	Mercado interno	109.537	82.667	80.633	79.950
	Mercado externo	111.268	130.219	81.809	69.273
		220.805	212.886	162.542	149.223
Telhas de concreto		57.963	18.754	-	-
Outros		50.873	16.840	15.828	4.341
<b>Receita líquida</b>		<b>758.745</b>	<b>583.268</b>		
<b>Lucro bruto</b>			<b>326.526</b>	<b>245.642</b>	
Despesas e receitas não alocadas:			(193.142)	(141.007)	
<b>Lucro antes dos impostos</b>			<b>133.384</b>	<b>104.635</b>	

Vendas entre partes relacionadas:  
Durante o ano o segmento de minério crisotila vendeu R\$ 79.987 para segmento de fibrocimento e cimento de fio sintético (R\$ 59.411 em 2009).  
Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

**d) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis**

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Ativos		Passivos		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	
Fibrocimento e cimento de fio sintético					
	Sudeste	38.698	28.684	8.119	2.319
	Sul	89.720	80.926	4.620	4.086
	Centro-Oeste	64.828	55.123	8.586	6.262
	Norte e Nordeste	32.450	19.107	1.648	1.029
		225.696	183.840	22.973	13.696
Minério crisotila	Mercado interno	110.499	102.166	10.123	6.379
		43.395	-	3.949	-
Outros produtos (*)		54.115	30.577	2.776	567
Outras contas do balanço		227.373	255.259	208.526	160.398
		661.078	571.842	248.347	181.040

(\*) Painéis Wall, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias e filtros.

**e) Outras informações dos segmentos reportáveis**

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	Depreciação, amortização e exaustão		Adições no imobilizado e intangível		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	
Fibrocimento e cimento de fio sintético					
	Sudeste	2.017	2.862	1.021	1.216
	Sul	3.657	3.941	10.767	13.389
	Centro-Oeste	1.689	2.474	2.688	1.788
	Norte e Nordeste	1.153	1.368	15.116	816
		8.516	10.645	29.592	17.209
Minério crisotila	Mercado interno	5.400	6.061	12.428	8.613
		5.400	6.061	15.544	8.613
Telhas de concreto		2.673	-	15.447	-
Outros		1.565	1.285	2.438	2.947
		18.154	17.991	60.002	28.769

**28. COBERTURA DE SEGUROS**

Os seguros mantidos pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	429.003

**29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**a) Considerações gerais**

O Grupo contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos e contratos de câmbio. A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

**Aplicações financeiras**

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas eleger as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

**Empréstimos e financiamentos**

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 14. Na sua totalidade os financiamentos são denominados em moeda nacional e são corrigidos pelo CDI pós-fixado.

**Contratos de câmbio**

**i) Riscos cambiais**

A controlada SAMA realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados para o mercado externo.

**ii) Riscos de taxa de juros**

O Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas. O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

**b) Exposição cambial**

Em 31 de dezembro de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, predominantemente indexados ao dólar norte-americano, e relacionados à controlada SAMA, são conforme segue:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Cotação em 31/12/10 (US\$ 1,00 = R\$)
	31/12/10	31/12/09	
Clientes no mercado externo (i)	38.074	40.204	1,666
Fornecedores no mercado externo	(8.299)	(56)	1,666
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)	1,666
Comissões no exterior	(111)	(66)	1,666
Frete internacionais	(477)	(775)	1,666
<b>Total da exposição cambial</b>	<b>9.768</b>	<b>10.651</b>	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda de minério crisotila.  
(ii) A controlada SAMA tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável para esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

**c) Exposição à taxa de juros**

As exposições ativas (passivas) da Companhia e de suas controladas à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativo:				
Aplicações financeiras (i)	54.232	121.804	77.294	138.945
Passivo:				
ACE (ii)	-	-	(19.419)	(28.656)
Empréstimos e financiamentos (iii)	(1.512)	(3.044)	(4.515)	(3.044)
<b>Total da exposição à taxa de juros</b>	<b>(52.720)</b>	<b>(118.760)</b>	<b>(53.360)</b>	<b>(107.245)</b>

(i) Estão representadas por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 103% e 109% respectivamente do CDI (vide notas explicativas nº 5 e 6).  
(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à PRIME com variação média de 3,25% ao ano (vide nota explicativa nº 14).  
(iii) Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP com taxas médias ponderadas variando de 7,4% a 10% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

Os empréstimos captados por conta garantida estão atrelados à variação do CDI e 0,3% ao mês.

**d) Valor de mercado**

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

**e) Análise de sensibilidade**

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1,666 por US\$ 1,00), foram estimados quais seriam os ajustes do contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2010.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a controlada SAMA incorreria nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia.

Cenários	Variação - %	Valorização - R\$		Desvalorização - R\$		Ganhos ou perdas - R\$
		R\$	%	R\$	%	
Provável	2	1.699	1.6334	361		
Possível	25	2.0834	1.250	4.517		
Remoto	50	2.499	0.8334	9.034		

**f) Risco de crédito**

As vendas do Grupo são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia e de suas controladas considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

**30. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS**

**a) Ambiente**

A Indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral. Conforme o Decreto nº 97.632/89 são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada SAMA, segue o PRAD, devidamente homologado e com cronograma para "remonte do site", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a SAMA está apta para extrair e processar o minério crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do minério crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício social, a SAMA registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério, de acordo com o seu valor justo conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados:

Ano	2010	2009
2042	905	818
2043	803	726
2044	429	388
2045 a 2049	368	331
<b>Total</b>	<b>2.505</b>	<b>2.263</b>

Considerando o acordo celebrado com o PRAD a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2010 foi de R\$ 242 (R\$ 175 em 2009), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

**b) Recursos Minerais (não auditado)**

Segue a abertura dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada SAMA:

||
||
||